

Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC

AJUSTE DIRETO N.º 390/2023 - IBMC

AQUISIÇÃO DE LICENÇAS CLÍNICAS DA *HUMAN GENE MUTATION DATABASE* (HGMD)

CADERNO DE ENCARGOS

CPV: 72540000-2 (Licenças (serviço utilização))

Índice

| | | |
|---------------|---|----|
| 1 | Objeto | 3 |
| 2 | Preço Base | 3 |
| 3 | Contrato | 3 |
| 4 | Partes Integrantes | 3 |
| 5 | Local da Prestação dos Serviços | 4 |
| 6 | Início de Vigência e Duração do Contrato | 4 |
| 7 | Principais Obrigações do Adjudicatário | 4 |
| 8 | Prestação dos Serviços | 4 |
| 9 | Preço Contratual | 5 |
| 10 | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) | 5 |
| 11 | Condições de Pagamento | 5 |
| 12 | Resolução do Contrato | 6 |
| 13 | Força Maior | 6 |
| 14 | Subcontratação e Cessão da Posição Contratual | 7 |
| 15 | Confidencialidade | 8 |
| 16 | Políticas Horizontais | 8 |
| 17 | Lei Aplicável | 8 |
| 18 | Resolução de Litígios | 8 |
| 19 | Comunicações e Domicílio Convencional | 9 |
| 20 | Contagem dos Prazos | 9 |
| ANEXO I | | 10 |
| 21 | Objetivo | 10 |
| 22 | Especificações Técnicas do Serviço | 10 |

1 Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a inserir no contrato de aquisição de serviços a celebrar pelo Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC ("Contraente Público") e que terá por objeto a *Aquisição de Licenças Clínicas da Human Gene Mutation Database (HGMD)* em conformidade com a legislação aplicável, com as características, especificações e requisitos constantes do *Anexo I* e nos termos e condições definidos no contrato.

2 Preço Base

Para efeitos de elaboração de proposta(s) fixa-se, como parâmetro base do preço contratual, o valor contratual de **€ 49.219,10 (quarenta e nove mil, duzentos e dezanove euros e dez cêntimos)**, para a máxima vigência contratual de 1 (um) ano, nomeadamente:

- ✓ HGMD "Download", "Clinical Use", Medium Ent: € 40.441,50 (quarenta mil, quatrocentos e quarenta e um euros e cinquenta cêntimos)
- ✓ HGMD "Online", "Clinical Use" (2 utilizadores): € 8.777,60 (oito mil, setecentos e setenta e sete euros e sessenta cêntimos).

3 Contrato

3.1 O contrato será composto, pelos seguintes documentos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3.2 Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 Partes Integrantes

4.1 Faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, o seu *Anexo I*.

4.2 Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e o seu *Anexo I*, o convite, a proposta adjudicada, bem como a correspondência trocada entre as partes.

5 Local da Prestação dos Serviços

Os serviços objeto do contrato serão prestados na modalidade de assistência remota ao software melhor identificado no *Anexo I*, localizado nas instalações do Contraente Público, sitas na Rua Alfredo Allen, 208, Porto, Portugal.

6 Início de Vigência e Duração do Contrato

O contrato inicia-se decorrido que esteja 1 (um) dia sobre a notificação da decisão de adjudicação ou sobre a apresentação dos documentos de habilitação, conforme o que ocorrer em último lugar, e durará pelo período de 1 (um) ano, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

7 Principais Obrigações do Adjudicatário

7.1 Da celebração do contrato, decorrerão para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de disponibilização das licenças num prazo inferior a 20 (vinte) dias;
- b) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança;
- c) Obrigação de garantia e conformidade dos serviços prestados com o contrato;
- d) Garantir o funcionamento contínuo e atualizado do software;
- e) Comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pelo Contraente Público;
- f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g) Prestar serviços de manutenção, atualização e assistência técnica relativamente aos serviços objeto do contrato, pelo período de vigência do contrato.

8 Prestação dos Serviços

8.1 Para o efeito de requerer ao Adjudicatário que lhe sejam prestados os serviços objeto do contrato, o Contraente Público remeterá, através de correio eletrónico compras@ibmc.up.pt, a respetiva requisição, a qual incluirá a seguinte menção obrigatória:

- a) Identificação dos serviços a prestar;

- b) Número da requisição;
- c) Referência deste procedimento.

9 Preço Contratual

9.1 O preço a pagar pelo Contraente Público como contrapartida da aquisição dos serviços objeto do contrato é o que constar da proposta adjudicada.

9.2 O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas relativos à aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças relativas a esses serviços.

10 Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)

10.1 Os serviços, licenças, abrangidos pelo contrato, consideram-se obtidos em Portugal para efeitos fiscais, pelo que estarão sujeitos a retenção na fonte no nosso país (25% - artigo 87.º, 4º, CIRC - Imposto sobre o Rendimento). No entanto, pode ser evitado aplicando a Convenção para evitar a dupla tributação entre Portugal e a Alemanha (artigo 7.º). Para isso, é necessário:

- a) O certificado 21-RFI original preenchido e assinado pelo responsável da empresa;
- b) Um certificado emitido pelas autoridades alemãs atestando que o Adjudicatário é residente e está sujeito ao imposto de renda. (Artigo 98, CIRC- Imposto de Renda).

10.2 O RFI_21 é válido por dois anos e deve ser renovado para evitar retenção na fonte.

11 Condições de Pagamento

11.1 O(s) valor(es) devido(s) pelo Contraente Público deverá(ão) ser faturado(s), após a receção da respetiva requisição.

11.2 A fatura será paga no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua data de receção pelo Contraente Público, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Adjudicatário na fatura.

11.3 A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: daf@ibmc.up.pt, ou para outro endereço que o Contraente Público venha a indicar ao Adjudicatário, e devem conter a discriminação da totalidade dos serviços objeto do contrato.

11.4 Aos mecanismos de faturação aplicados no decorrer da vigência do contrato a celebrar, são especial e conjugadamente aplicáveis, os art.º 299.º do CCP; nos números 2, 3 e 4 do artigo 2.º do DL 123/2018, de 28 de dezembro, na sua redação vigente, e o Despacho 8/2022-XXIII, de 13/12/2022 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

11.5 De modo a dar cumprimento ao estabelecido no ponto anterior, o Contraente Público notificará o Adjudicatário, ao longo da execução contratual, quanto ao modo de faturação aplicável.

11.6 Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova fatura corrigida. O prazo de pagamento previsto ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida a nova fatura.

12 Resolução do Contrato

12.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento grave ou reiterado pelo Adjudicatário de quaisquer obrigações previstas no contrato ou na legislação aplicável;
- b) Subcontratação ou cessão da posição contratual realizadas com inobservância dos termos previstos no contrato;
- c) Apresentação pelo Adjudicatário ou propositura contra este, que seja objeto de decisão de prosseguimento, de processo de insolvência ou de recuperação;
- d) Em caso de força maior impeditivo da execução do contrato em tempo julgado útil pelo Contraente Público, desde que superior a 30 (trinta) dias;

12.2 O direito de resolução previsto nos números anteriores exerce-se mediante declaração escrita, enviada ao Adjudicatário por carta registada, e produz efeitos no terceiro dia útil posterior à data do registo.

12.3 A resolução do contrato pelo Contraente Público constitui o Adjudicatário no dever de indemnizar o Contraente Público, em montante que se fixa desde já a título de cláusula penal em 10% (dez por cento) do valor contratual.

12.4 A indemnização a que se refere o número anterior será paga pelo Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias, após a notificação da resolução do contrato.

12.5 O disposto na presente cláusula não prejudica a reclamação de indemnização pelo dano excedente.

13 Força Maior

13.1 Para efeitos do contrato, são consideradas de força maior apenas as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento por uma das partes de quaisquer obrigações assumidas no contrato, que,

cumulativamente, sejam alheias ao seu controlo, que a mesma não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

13.2 Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

13.3 Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não afetem os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que a intervenção destes, nos termos deste Caderno de Encargos, permita evitar ou suprir os respetivos efeitos;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados ao Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como associações ou grupos de sociedades suas subcontratadas;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções não sejam determinadas ou se devam a dolo ou negligência seus ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário que não sejam devidas a sabotagem ou ataques por meios eletrónicos;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

13.4 A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

13.5 Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe à parte que a invocou fazer prova dos respetivos pressupostos.

13.6 A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas apenas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior, sem prejuízo do disposto na cláusula 12.1 alínea e) do presente caderno de encargos.

14 Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

Fica desde já vedado, no presente procedimento, o recurso à cessão da posição contratual e à subcontratação.

15 Confidencialidade

15.1 O Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.

15.2 A informação e a documentação abrangidas pelo dever de confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.

15.3 O Adjudicatário encontra-se obrigado a cumprir as obrigações previstas na Lei da Proteção de Dados Pessoais e no Regulamento geral de Proteção de Dados (RGPD), de responsabilização do Adjudicatário por todas e quaisquer perdas sofridas pelo Contraente Público no resultado da violação dessas obrigações.

15.4 A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.

15.5 A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.

15.6 Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

16 Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na fase de formação e execução do presente contrato, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do Direito Internacional, Comunitário, Nacional ou Regional.

17 Lei Aplicável

O contrato rege-se pela lei portuguesa, com expressa exclusão das normas constantes da Parte III do Código dos Contratos Públicos.

18 Resolução de Litígios

18.1 Em caso de litígio ou diferendo emergente de questões relacionadas com o contrato, designadamente relativas à sua interpretação, validade, aplicação ou integração, as partes diligenciarão,

por todos os meios de diálogo e modos de composição de interesses, pela obtenção de uma solução concertada para a questão controvertida.

18.2 Na falta de uma resolução consensual do litígio, nos termos do número anterior, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após a primeira notificação que referir expressamente a necessidade de obtenção de uma solução concertada para o litígio, este será decidido pelo Tribunal da Comarca do Porto, com expressa renúncia de qualquer outro.

19 Comunicações e Domicílio Convencional

19.1 Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.

Para o Contraente Público:

À atenção de: Serviço de Logística IBMC

Morada: Rua Alfredo Allen, 208; 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [completar]

Morada: [completar]

Endereço de correio eletrónico: [completar]

19.2 As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.

20 Contagem dos Prazos

20.1 À contagem dos prazos referidos no presente Caderno de Encargos, relativos aos procedimentos de formação do contrato, aplica-se o disposto no art.º 87.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), por remissão legal do art.º 470.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), não sendo, em caso algum, aplicável o disposto no artigo 88.º do CPA.

20.2 Os prazos fixados para a apresentação das propostas, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados, em conformidade com o previsto no artigo 471º do CCP,

ANEXO I**21 Objetivo**

Pretende-se a aquisição de dois tipos de licenças da Human Gene Mutation Database (HGMD, Qiagen): "online" e "download. Uma das vertentes do CGPP consiste na disponibilização de testes genéticos a vários centros hospitalares nacionais e internacionais. Neste trabalho laboratorial, é essencial a integração do conhecimento técnico-científico relativo às variantes genéticas identificadas nestes estudos genéticos, aplicando um sistema de classificação apropriado e incorporando distintos níveis de informação. Este tipo de trabalho necessita de diferentes ferramentas para interpretação de variantes genéticas, entre as quais os dois tipos de licenças que se pretende adquirir.

22 Especificações Técnicas do Serviço

Estas licenças da HGMD possibilitam o acesso a informação estruturada e publicações que estão em constante atualização, podendo ser acedíveis através de um browser da internet (versão "online"). Por outro lado, a informação existente na HGMD, é um recurso indispensável para a rotina de diagnóstico no CGPP que tem vindo a ser usado na análise de todos os testes genéticos baseados em exoma (versão "download").

| Nome do Produto | Código do Produto | Quantidade | Prazo (meses) | Preço Base |
|---|-------------------|------------|---------------|-------------|
| HGMD Download, Clinical Use, Medium Ent | 834083 | 1 | 12 | 40.441,50 € |
| HGMD Online, Clinical Use, 1 User | 834056 | 2 | 12 | 8.777,60 € |